

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa
23 FEV 2021
Protocolo: 102/2021
Processo: 102/2021
13 JAN 2021
Servidor: [assinatura]

Veto Total nº 103/2021
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA - CASA CIVIL
MENSAGEM Nº 23, DE 13 DE JANEIRO DE 2021.
AC/EXPEDIENTE
Em: 18/01/2021
Presidente
LIDO NA SESSÃO DO DIA
23 FEV 2021
1º Secretário
Folha 01
Estado de Rondônia

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Autógrafo de Lei nº 440/2020, de iniciativa dessa Ínclita Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE, que "Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado de Rondônia a Marcha para Jesus.", encaminhado a este Executivo por intermédio da Mensagem nº 315/2020-ALE.

Nobres Parlamentares, afetam prerrogativas de estrutura e funcionamento da Administração Pública Estadual, restando assim, evidência quanto à inconstitucionalidade destes dispositivos. Cumpre esclarecer que Autógrafos de Leis que estabelecem obrigações às estruturas Estaduais, tomam como premissa a regência das atividades dos serviços públicos fornecidos pelo Poder Executivo, da qual incumbe única e exclusivamente ao Governador do Estado, com o auxílio dos Secretários de Estado, incidindo o princípio da Separação de Poderes e veda a interferência de outro Poder nessa seara.

Neste sentido, estudos revelam que tanto no âmbito Nacional como no âmbito Estadual, ficou regulamentado que para iniciar o processo administrativo é necessária a apresentação de: **um requerimento, que pode ser feita pelo ministro da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, atual Secretaria Especial da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e por associações da sociedade civil; justificativa contendo a descrição sumária do bem proposto para o Registro, bem como as informações históricas; e uma declaração formal de representante da comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro.**

Entretanto, em uma análise material, cumpre destacar que o efeito pretendido pelo Projeto de Lei, qual seja, conferir a "Marcha para Jesus" o título de patrimônio cultural imaterial não pode ser alcançado em virtude da ausência de legitimidade dessa Ínclita Casa para dispor sobre a matéria através de Projeto de Lei Ordinária.

Neste ponto, faz-se imperioso realçar o que prevê o Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que "Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.":

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - **Livro de Registro das Formas de Expressão**, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - **Livro de Registro dos Lugares**, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

(...) (grifos meus)



Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o **Ministro de Estado da Cultura**;

II - **instituições vinculadas ao Ministério da Cultura**;

III - **Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal**;

IV - **sociedades ou associações civis**.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer. (grifos meus)

Neste passo, insta frisar que o ato legislativo poderá reconhecer a relevância da expressão cultural, sem, contudo, categorizar tal bem como patrimônio cultural, resultando na análise de dados, pesquisas e aplicação do Registro de Bens Culturais e Imateriais.

Mediante aos fatos, resta ressaltar que apesar de considerar válida a iniciativa parlamentar, faz-se imprescindível a exigência de que seja elaborada uma estratégia que fundamente a propositura de forma irrefutável com métodos de pesquisa etnográfica e documental, cujo processo tem início no Poder Executivo.

Assim, diante ao que se expôs, vê-se com clareza que a proposição contida no Autógrafo de Lei nº 440/2020, se mostra inconstitucional, visto a inconsistência material abordada nesta Mensagem. Dito isto, opino pelo Veto Total, com fulcro no art. 42, § 1º da Constituição do Estado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente à pronta manutenção deste veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS
Governador em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS, Vice-Governador**, em 13/01/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0015602443** e o código CRC **1A123717**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0005.510257/2020-87

SEI nº 0015602443

